



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO MARANHÃO

Alto Alegre do Maranhão – Ma

E-mail: camaraaltoalegrema@gmail.com

Avenida Rodoviária SN

CNPJ – 02.232.044/0001-72

APROVADO
Em 19 05 /20 22

PARECER CONJUNTO Nº 001/2022

PROJETO DE LEI Nº 002/2022

I - Comissão de Constituição, Justiça, Administração, Redação Final e Obras Públicas.

II - Comissão de Finanças, Orçamento, Indústria, Comércio e Fiscalização.

SÚMULA: "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, atendendo o disposto no inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo Municipal.

Passamos a analisar a matéria:

RELATÓRIO

De autoria do Executivo Municipal, o projeto dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do Município de Alto Alegre do Maranhão para o exercício de 2023 e dá outras providências.

De acordo com o disposto no seu texto, o projeto compreende:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;*
- II – a estrutura e a organização dos orçamentos;*
- III – as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;*
- IV – as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;*
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;*
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;*
- VII – as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e*
- VIII – as disposições finais.*



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO MARANHÃO

Alto Alegre do Maranhão – Ma

E-mail: camaraaltoalegrema@gmail.com

Avenida Rodoviária SN

CNPJ – 02.232.044/0001-72

Segundo disposto no parágrafo único do mesmo artigo, integram a LDO os anexos (i) de Metas Fiscais, (ii) de Riscos Fiscais e (iv) Demonstrativo de Obras em Andamento

É o Relatório:

Passamos a proferir o voto:

VOTO CONJUNTO DAS COMISSÕES

A Lei Orgânica atribui ao Município competência para elaborar o orçamento anual, o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias. Esses orçamentos, contudo, devem ser confeccionados com observância das normas gerais estabelecidas nos artigos nos artigos 165 a 169, a Constituição Federal, e 35, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF (que são aplicáveis aos Municípios).

A competência para iniciar o processo legislativo neste projeto, conforme o disposto na Lei Orgânica do Município (em consonância com o artigo 165 da CF), é exclusiva do Prefeito Municipal, que deve submetê-lo à apreciação desta Casa até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (CF, art. 35, § 2º, II, do ADCT).

É importante ressaltar que a sessão legislativa, consoante às disposições do artigo 57, § 2º, da CF, não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isto significa dizer que o Legislativo não poderá rejeitar a matéria, mas poderá apresentar emendas, desde que estas sejam compatíveis com o Plano Plurianual (CF, art. 166, § 4º).

Eis que, além desses requisitos, nos termos do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve obrigatoriamente conter:

- a) o equilíbrio entre receitas e despesas;*
- b) os critérios e forma de limitação a ser efetivada nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;*



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO MARANHÃO

Alto Alegre do Maranhão – Ma

E-mail: camaraaltoalegrema@gmail.com

Avenida Rodoviária SN

CNPJ – 02.232.044/0001-72

- c) *normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;*
- d) *demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;*

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O Anexo conterá ainda:

- I – avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;*
- II – demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;*
- III – evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;*
- IV – avaliação da situação financeira e atuarial:*

- a) dos regimes geral de previdência social;*
- b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;*
- c) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;*

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.”



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO MARANHÃO

Alto Alegre do Maranhão – Ma

E-mail: camaraaltoalegrema@gmail.com

Avenida Rodoviária SN

CNPJ – 02.232.044/0001-72

Por fim, o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001), introduziu novas disposições a respeito dos PPAs, das LDOs e da Lei Orçamentária, verbis:

"Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea "f" do inciso III do artigo 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação na Câmara Municipal."

Disposição correlata encontramos preconizada de forma taxativa no § 4º do art. 48 da LRF (LC 101/00), verbis:

Art. 48

"Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos."

Enfim, analisando o projeto constatamos que é necessário definir e delimitar o quantitativo do repasse constitucional da Câmara Municipal de modo a dirimir quaisquer dúvidas que possam ser levantadas a esse respeito.

Assim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias passará a vigorar acrescido mais um artigo, cuja redação será a seguinte: verbis

"Art. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, será de sete por cento e não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme determina o art. 29-A, inciso II, da Constituição Federal:"



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO MARANHÃO

Alto Alegre do Maranhão – Ma

E-mail: camaraaltoalegrema@gmail.com

Avenida Rodoviária SN

CNPJ – 02.232.044/0001-72

Cumpre-nos, entretanto, as seguintes observações:

1. Apenas para ilustrar, a política de pessoal contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias segue, em linhas gerais, as disposições da LRF, embora sem nenhuma inovação que se traduza em uma política própria.

2. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, visando à programação dos investimentos e das despesas de custeio administrativo e operacional, para o exercício subsequente, deve trazer também as alterações necessárias no Sistema Tributário (CF, art. 165, § 2º, e LOM, art. 100, VIII). A presente proposição, em linhas gerais, atende a esse requisito.

4. Verifica-se que foi eleito o expediente legislativo correto, bem como observada a competência para iniciativa de lei, além de atender aos requisitos de constitucionalidade formal e material, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

5. É importante ressaltar que o **quorum** da deliberação do projeto é de **maioria absoluta** conforme preleciona o Regimento Interno deste Parlamento.

6. Não obstante os apontamentos feitos e considerando que a Constituição Federal, no art. 35, § 2º, II, do ADCT, preconiza que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias seja devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

No entendimento das Comissões acima elencadas, não há óbice jurídico ou constitucional à sua aprovação, cabendo a apreciação do mérito da matéria aos nobres edis.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO MARANHÃO

Alto Alegre do Maranhão – Ma

E-mail: camaraaltoalegrema@gmail.com

Avenida Rodoviária SN

CNPJ – 02.232.044/0001-72

É o Parecer

Salvo melhor juízo


Luiz de Lemos Silveira

RELATOR

Comissão de Constituição, Justiça, Administração, Redação Final e Obras Públicas


Sidney Carlos Machado Brito

RELATOR

Comissão de Finanças, Orçamento, Indústria, Comércio e Fiscalização

"Pelas concussões"


Leonardo Augusto Gomes da Costa Vanderlei

PRESIDENTE

Comissão de Constituição, Justiça, Administração, Redação Final e Obras Públicas


Antonio Bezerra Lima

MEMBRO

Comissão de Constituição, Justiça, Administração, Redação Final e Obras Públicas

Cleusinei Santana Silva

PRESIDENTE

Comissão de Finanças, Orçamento, Indústria, Comércio e Fiscalização


Leonardo Augusto Gomes da Costa Vanderlei

MEMBRO

Comissão de Finanças, Orçamento, Indústria, Comércio e Fiscalização